



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a audiência pública com o objetivo de debater as denúncias de assédio sexual envolvendo parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Senhora Presidenta,

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as denúncias de assédio sexual envolvendo parlamentar da CLDF, divulgadas amplamente pela imprensa, bem como discutir medidas institucionais de prevenção e enfrentamento a esse tipo de violência no ambiente político-parlamentar. Para tanto, requeremos que sejam convidadas as seguintes autoridades:

1. Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) - Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;
2. Deputada Distrital, Sra. Paula Belmonte - Procuradora Especial da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal,
3. Dra. Sandra Gomes Melo, Delegada de Polícia Civil Aposentada; Ex. Delegada Chefe da DEAM; Advogada Especializada em Gênero e Direito; Co-Fundadora do Elas pela Causa Institute,
4. Sra. Cris Brasil – Fundadora do grupo “Mulheres de Ouro do Brasil.

Justificativa

A proposição da presente audiência pública decorre da repercussão do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

gravíssimo caso envolvendo o deputado distrital Daniel Donizet (MDB), que foi denunciado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) por crimes contra a dignidade sexual. A denúncia foi feita pela Procuradoria-Geral de Justiça do DF, em razão da prerrogativa de foro do parlamentar, e refere-se a condutas praticadas durante o período em que ele exercia a função de administrador regional do Gama.

Tais denúncias, que envolvem comportamento incompatível com a ética e a dignidade exigidas no exercício de mandatos e funções públicas, exigem uma resposta institucional firme e transparente. O caso reforça a urgência de promover um debate sério sobre assédio sexual, violência institucional e a responsabilização de agentes públicos, além de medidas de proteção às vítimas e de prevenção a novas ocorrências.

A audiência pública visa garantir a escuta de especialistas, vítimas, representantes de órgãos públicos de controle e proteção, entidades da sociedade civil e movimentos de mulheres, contribuindo para fortalecer o compromisso do Legislativo com os direitos humanos, a equidade de gênero e o respeito à integridade de todas as pessoas nos espaços públicos.

Diante do exposto, solicito a apreciação e aprovação deste requerimento por esta Comissão.

Sala das Comissões, de de 2025.

Deputada Federal **ERIKA KOKAY** - PT/DF

